

Senado aprova regra que pune constrangimento a amamentação em público

Os senadores começaram a votar os projetos da pauta feminina. Na sessão de hoje (12), o Senado aprovou o projeto de lei que veda o constrangimento a mães que amamentem em público. A proposta segue para apreciação na Câmara dos Deputados.

[\(Agência Brasil, 12/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O projeto foi apresentado pela ex-senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e assegura o direito das mulheres de amamentarem seus filhos em locais públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo. Algumas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e alguns estados como Santa Catarina e Mato Grosso já aprovaram regras nesse sentido.

Pelo texto, atitudes voltadas a segregar, discriminar, reprimir ou constranger mãe e filho no ato da amamentação serão consideradas como ilícito civil. O projeto estabelece que mesmo havendo espaço reservado para amamentação nos estabelecimentos, cabe somente às mães decidir se querem ou não utilizar o local.

A pena para quem proibir a amamentação é de multa com valor não inferior a dois salários mínimos.

Violência doméstica

O Senado aprovou também o projeto de lei que obriga os condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher a ressarcirem os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência desse crime. Segundo a proposta, o ressarcimento aos cofres públicos não exclui a responsabilização civil de quem praticou violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O agressor terá que ressarcir a Previdência pelos danos causados à mulher e pelo custo que a Previdência teve”, disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS). O texto segue para a Câmara.

** Com informações da Agência Senado*

Mães são responsáveis pela criação dos filhos até 3 anos em 89% dos casos

Uma pesquisa divulgada nesta terça-feira (7) comprova a desigualdade de gênero que marca as famílias brasileiras quando o assunto é a criação dos filhos. Em 89% dos casos analisados na pesquisa [Primeiríssima Infância - Creche](#), as mães são responsáveis pela criação dos filhos na

faixa até 3 anos. Na média geral, a responsabilidade cabe aos pais em cerca de 5% dos casos. Os cuidadores são avós, tios ou outras pessoas em 5% das situações.

[\(Agência Brasil, 07/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo dados do censo de 2010, em todo o país, existem 9,5 milhões de domicílios com pelo menos uma criança de até 3 anos.

A criação pelas mulheres só não ultrapassa o índice de 90% em casos de agrupamentos familiares que recebem mais de cinco salários mínimos. Nesses grupos, as mães são responsáveis em 72% das situações, e os pais, em 14%. No total, 46% dessas mulheres responderam sobre o primeiro filho; 31% são donas de casa; 51% não têm atividade econômica formal ou informal; 75% moram com companheiro, quase sempre o pai da criança; e 10% estão estudando atualmente.

O estudo foi feito pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Ibope Inteligência, e foi lançado durante o 7º Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância, em Fortaleza. Para sua elaboração, em julho do ano passado, foram entrevistadas 991 pessoas em ambientes urbanos e rurais.

O objetivo da pesquisa foi mapear as necessidades e os interesses das famílias para o atendimento em educação de crianças até 3 anos, faixa da chamada primeiríssima infância. O estudo confirmou dados já conhecidos, como o atendimento de 33% das crianças dessa faixa etária em creche, o que corresponde a cerca de 3,2 milhões de pessoas com acesso a tal serviço. A desigualdade regional também foi aferida na pesquisa. Analisadas quantas crianças por região geográfica frequentam um estabelecimento de educação infantil, averiguou-se que isso ocorre em 45% dos casos no Sudeste; 24% no Nordeste; 30% no Sul e 23% do Norte e no Centro-Oeste.

Para entender realidades tão diferentes que existem no território brasileiro e sua incidência no desenvolvimento infantil, além da disponibilidade de creches, foram investigados outros fatores, como ocupação laboral e faixa etária. Para tanto, foram definidos e analisados quatro grupos populacionais: famílias com renda até cinco salários mínimos que vivem em capitais ou em cidades de regiões metropolitanas; famílias com renda mensal igual que vivem em cidades de pequeno ou médio porte do interior, o chamado interior urbano; famílias com a mesma renda que vivem no ambiente rural e famílias com renda familiar acima de cinco salários, independentemente do local em que vivem.

As famílias do primeiro universo têm, em 53% dos casos, crianças com até 1 ano. Delas, 63% ficam em casa e 27% frequentam creches. Quanto aos responsáveis, 93% são mães e 6%, pais; 36% têm de 18 a 24 anos e 63% completaram o ensino médio. Do total, 40% dos responsáveis informaram que não têm rotina; 58% não trabalham; 26% estão desempregados. Nos lares dessas crianças, os pais estão presentes em 68% dos casos. Isso quer dizer que 700 mil crianças na faixa até 3 anos de famílias com até cinco salários mínimos que vivem nas capitais brasileiras e em municípios das regiões metropolitanas não moram com os pais. No universo total da pesquisa, essa presença alcança 75%.

No caso de agrupamentos do interior urbano, 51% têm criança de até 1 ano. 64% das crianças ficam em casa e 26% frequentam creche. As mães são responsáveis pelas crianças em 93% dos casos e os pais, em 2%. Entre os cuidadores, 34% têm de 18 a 24 anos, cerca de 40% cursaram até o ensino fundamental - esse grupo agrega o maior número de responsáveis que se dizem

pardos (53%), bem como o de famílias inseridas em programas de complementação de renda (49%).

No contexto rural, 59% das famílias têm filhos com até 1 ano; 63% ficam em casa e 28% frequentam creche. Vivem com o pai 81% das crianças, e as mães são as principais responsáveis pela criação em 96% dos casos. Os pais, em 2%. Entre os responsáveis, 34% têm de 18 a 24 anos; 59% têm o ensino médio; 34% cursaram até o ensino fundamental e apenas 6% completaram o ensino superior. Do total, 57% não trabalham. Grande parte desse grupo, 79%, tem renda familiar de até dois salários, uma situação que, no universo geral analisado, chega a 47%; e 44% das famílias recebem ajuda de programa de complementação de renda.

O quadro é diferente no caso de famílias que recebem mais de cinco salários mínimos: a maior parte das crianças, 68%, tem entre 2 e 3 anos, percentual que é de 22% no geral. A presença na creche é bem maior: 28% das crianças ficam em casa e 59% frequentam creche; 86% dos responsáveis trabalham e 88% têm ensino superior ou pós-graduação. 37% estão na faixa de 25 a 49 anos, o que indica a ocorrência de gravidez tardia.

Percepções sobre desenvolvimento

As diferenças socioeconômicas impactam a percepção sobre a criança. Destacam-se dois itens analisados na pesquisa: a percepção sobre o início do aprendizado e dos elementos compreendidos como fundamentais para o desenvolvimento da criança. Questionados sobre quando a criança começa a aprender, mais da metade dos adultos entrevistados afirmaram que isso tem início já na fase intrauterina. Quanto maior a escolaridade das pessoas ouvidas, maior a percepção de que o desenvolvimento da criança começa mais cedo.

Sobre os itens considerados importantes para o desenvolvimento, estão em ordem de importância: levar ao pediatra regularmente (64%); amamentar (46%); ter cuidado com a alimentação (46%); receber atenção dos adultos (21%); ter bons exemplos dos pais (17%); receber carinho e afeto (17%); brincar ou passear (16%); viver em um ambiente adequado em termos de segurança, higiene etc (15%); ter uma rotina (12%); receber limites (12%); conversar com a criança (11%). O estrato mais rico dá mais importância a questões mais lúdicas, enquanto o grupo que recebe até cinco salários mínimos e vive no ambiente rural prende-se a questões básicas, como levar ao pediatra. A revelação que essa centralidade deve levar os médicos que cuidam da criança a estimular outras ações de cuidado, como a oferta de carinho e o estabelecimento de uma rotina.

“O contexto urbano, territorial, em que cada família vive determina muito as opções que elas têm”, afirmou a economista Ana Lúcia D’Império Lima, que assessorou o desenvolvimento da pesquisa. Ela citou, por exemplo, as mulheres no contexto urbano, que têm mais opções de trabalho fora do lar e são, em maior número de situações, chefes das famílias.

Já no ambiente rural, as famílias são, em geral, maiores, o que pode gerar uma rede de apoio para as mulheres, ao passo que as grandes distâncias dificultam o acesso à creche. Nesse ambiente, muitas mulheres também não têm remuneração própria. O aprendizado que fica, na opinião de Ana Lúcia, é que a elaboração das políticas públicas não deve partir de um Brasil genérico, “mas dos vários Brasis que existem nesse território”.

**A repórter viajou a convite da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal*

“Ir com Laura a um compromisso é um gesto de resistência”: a política é dos homens para homens, por Manuela d’Ávila

Ocupar os espaços públicos enfrentando o significado da invisibilidade do espaço privado parece ser um ponto nevrálgico das lutas emancipacionistas.

Qualquer que seja nossa bandeira, em algum momento, nos depararemos com essa questão: da cultura que justifica a violência sexual culpabilizando as mulheres ou que sugere resguardar a violência doméstica ao ambiente familiar à formatação do poder político, compreender que estamos saindo do “quadrado” destinado a nós ao sermos mulheres no espaço público é fundamental.

[\(#AGORAÉQUESÃOELAS/Folha de S.Paulo, 23/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Sou Manuela d’Ávila, tenho 35 anos, sou jornalista e mestranda em Políticas Públicas. Sou mulher, branca e de classe média. E mãe da pequena Laura. Milito no Partido Comunista do Brasil há 18 anos, fui dirigente estudantil, sou dirigente partidária e, atualmente, deputada estadual. Fui vereadora e deputada federal por dois mandatos. Sou, portanto, uma das poucas mulheres a ocupar mandatos eletivos no Brasil. Fui uma das sete vereadoras de um total de 33 em Porto Alegre, uma das 42 deputadas de um total de 513 e sou uma das oito de 55 deputadas estaduais. Em todas as minhas eleições, fui a parlamentar mais votada de meu Estado, o Rio Grande do Sul. Me apresento para que saibam meu local de fala e para que pensemos juntos o que acontece quando uma de nós ocupa um espaço público.

Hoje, passados doze anos de meu primeiro mandato, tinha 23 anos, compreendo de maneira muito mais consciente os preconceitos que sofri e aqueles que ainda expetimento em minha rotina, a cada dia que saio do espaço privado reservado a mim, enquanto mulher, e ocupo o espaço público, pensado por homens e para homens.

Sou mãe por opção. Opção porque quis ficar grávida e opção porque defendo o direito das mulheres de não serem mães se assim quiserem. Não lembro de muitas reflexões minhas sobre o real significado da maternidade como espaço de reprodução do machismo antes de eu mesma ser mãe. Decidi, junto com meu companheiro, manter minha filha sob nossos cuidados exclusivos durante os mil primeiros dias. Somos donos de nossas agendas, eu deputada e ele músico, podemos nos revezar em nossas dinâmicas de trabalho. Decidi, também, seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e amamentar exclusivamente minha filha até os seis meses, prolongando a amamentação até o seu desmame natural.

Minha primeira reflexão foi sobre a licença maternidade.

A Assembleia gaúcha não concede licença de seis meses para as parlamentares (concede para as trabalhadoras). Por que? O regimento interno diz que o deputado dispõe de quatro meses de licença saúde sem que o suplente assuma. Como a posse do suplente significa perda de

influência política, a criação de exceção para a licença maternidade não está em pauta. Também não está em pauta o aumento da licença paternidade (de apenas vinte e um dias!).

Voltei a trabalhar exatamente no dia em que Laura fez quatro meses. Era 27 de dezembro, o Governador havia convocado uma sessão extraordinária e fazia uns 40 graus em Porto Alegre. Bebês maiores amamentados sentem fome com muita frequência e, com o calor, precisam ser hidratados. Foi memorável as idas e vindas de meu companheiro Duca com Laura. Era uma da madrugada quando decidi que ele não a tiraria mais de casa, que não era justo ela ser amamentada no carro ou no banheiro ou na gritaria dos corredores. Foi ali também que percebi que há doze anos eu era submetida a processos de votação noturnos - e que isso era sexismo. Meus colegas, homens, não têm majoritariamente, nenhuma responsabilidade no ambiente privado, familiar, doméstico. A rotina no plenário dos parlamentos não acompanha a rotina de horários da família, pois aos homens não cabem responsabilidades corriqueiras como buscar os filhos na escola, por exemplo.

Depois disso, passei a ouvir conselhos para que não amamentasse na Assembleia, para que deixasse Laura numa creche. Nem vou escrever sobre a quantidade de opiniões que nós, mães, ouvimos sobre como devemos criar nossas filhas. Também não vou me alongar sobre a culpa sem fim que imputam a nós: se deixamos na creche, somos ruins; se deixamos em casa, não estaremos permitindo que convivam com crianças; se amamentamos, é errado; se damos leite, em pó também é.

Vou me deter à percepção que toda a política é feita para a inexistência de mulheres em espaços de tomada de decisão e, principalmente, mulheres com filhos.

Toda ida com Laura a uma agenda, a uma sessão, a um compromisso virou, sem que eu percebesse, um gesto de resistência.

Um gesto de ousadia.

Percebi que, mesmo que eu explicasse que ela era amamentada, que ela estava feliz, agarrada comigo no sling, as pessoas se incomodavam com a presença dela. Na verdade, elas se incomodavam comigo. Comigo sendo mulher e mãe. Pois eu podia estar ali enquanto não dizia que o horário de almoço não era o correto para uma reunião, que depois das 21 horas preferia estar em casa para vê-la (nos dias em que a deixava com Duca), que a agenda de três dias deveria ter pausas para que ela respirasse.

À maternidade, tão "endeusada" pela sociedade, é reservado o espaço privado. A casa, a sala de amamentação. Percebi que o espaço público, sobretudo os espaços de poder, não tem espaço para nós. Por isso mesmo decidimos ficar. Eu e Laura. Para mostrar que lugar de mulher é em todo lugar. E qualquer lugar pode ser de qualquer mulher. Inclusive, das que decidem ser mães.

**Manuela d'Ávila é uma jornalista e política brasileira. filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 a 2015 e líder de seu partido na Câmara dos Deputados, em 2013. Exerce atualmente o mandato de deputada estadual em seu estado. É mãe de Laura.*

Senado aprova projeto que garante orientação à mãe sobre amamentação

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) o projeto que garante às mães o direito a acompanhamento e orientação sobre amamentação. De autoria do deputado Diego Garcia (PHS-PR), o projeto (PLC 25/2017) agora segue para sanção presidencial. Por acordo entre as lideranças, foi aprovado regime de urgência para a matéria. A relatora, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), apresentou seu relatório em Plenário.

[\(Agência Senado, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

- O projeto contribui para que as gestantes recebam orientação sobre a amamentação e sobre a importância do aleitamento materno, como forma de estreitar o vínculo entre mãe e filho - declarou a senadora.

O projeto integra uma série de matérias indicadas pelas lideranças para serem votadas no mês de março, como forma de homenagem à mulher. Pela proposta, hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, serão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, por meio do corpo técnico já existente, e a prestar orientações à mãe quanto à técnica adequada enquanto ela permanecer na unidade hospitalar.

O projeto acrescenta um inciso no artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), listando as obrigações dos hospitais e maternidades em relação aos direitos do recém-nascido e da mãe. O autor do projeto destacou que o texto não traz nenhum ônus aos cofres públicos, já que a assistência será prestada por funcionários do estabelecimento de saúde.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Câmara aprova garantia de acompanhamento e orientação à amamentação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (8), o Projeto de Lei 3170/15, do deputado Diego Garcia (PHS-PR), que garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. A matéria irá ao Senado.

[\(Agência Câmara, 08/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O texto aprovado é uma emenda substitutiva apresentada pela deputada Rosângela Gomes

(PRB-RJ), em nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

“A iniciativa é importante principalmente para as mulheres que são mãe pela primeira vez”, disse a relatora.

Leia também: [Plenário aprova projeto que institui agosto como Mês do Aleitamento Materno](#)

Técnica adequada

Segundo o texto, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, serão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, por meio do corpo técnico já existente, e a prestar orientações à mãe quanto à técnica adequada enquanto ela permanecer na unidade hospitalar.

O projeto muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei [8.069/90](#)), no qual estão listadas obrigações dos hospitais e maternidades em relação aos direitos do recém-nascido e da mãe.

“É importante que as famílias saibam que a amamentação realizada de forma adequada, em uma boa posição, não provoca dores, o leite é secretado em quantidade adequada e o bebê engole sem dificuldades. Pequenos ajustes podem significar ganhos enormes em termos de saúde”, ressaltou o autor.

Íntegra da proposta:

[PL-3170/2015](#)

[Comissão da Câmara aprova direito de mães amamentarem durante prova de concurso](#)

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei [3220/15](#), do senador José Medeiros (PSD-MT), que assegura às mães o direito de amamentarem seus filhos de até seis meses de idade durante a realização de concursos públicos federais.

[\(Agência Câmara, 13/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Pela proposta, a mãe indicará um acompanhante responsável pela guarda do lactente no período das provas. Esse acompanhante, que deverá chegar ao local até o horário estabelecido para o fechamento dos portões, ficará com a criança em local próximo, reservado à amamentação.

A mãe terá o direito de amamentar cada filho, se tiver mais de um, em intervalos de duas horas, por até 30 minutos cada um. O tempo despendido será compensado na realização da prova. Durante a amamentação, a mãe deverá ser acompanhada por um fiscal.

Para a relatora na comissão, deputada Flávia Morais (PDT-GO), não há atitude mais nobre de uma mãe para com seu filho que o amamentar. “A mulher, da qual a criança depende, não terá condições idênticas de competição nos concursos públicos se não puder amamentar seu filho durante a realização das provas”, disse. Morais acrescentou que a proposta é mais uma forma de a administração pública demonstrar a importância da amamentação.

Solicitação prévia

Conforme o texto aprovado, só será garantido o direito à amamentação às mães que solicitarem a autorização previamente aos organizadores do concurso, de acordo com prazo a ser determinado em edital.

Muitos editais atualmente já preveem a possibilidade de a candidata amamentar e de haver um acompanhante para ficar com o bebê durante a prova. O projeto do senador José Medeiros torna essa possibilidade lei.

Tramitação

A proposta tramita em regime de prioridade e em caráter conclusivo e será ainda analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta: [PL-3220/2015](#)

Reportagem - Tiago Miranda

Edição - Marcelo Oliveira

Projeto quer garantir a amamentação em local público

A pessoa ou estabelecimento que proibir a amamentação em local público poderá receber multa. É o que prevê projeto (PLS 514/2015) da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

[\(Agência Senado, 05/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo a senadora Regina Sousa (PT-PI), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o texto implementa decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) que reconhece a importância da amamentação para o bem-estar de mães e seus bebês. A proposta já foi aprovada na CDH e agora está em análise terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A repórter da [Rádio Senado](#), Ana Beatriz Santos, tem os detalhes.

Ouçã a matéria no site de origem: [Projeto quer garantir a amamentação em local público](#)

ONU quer encorajar amamentação em todo o mundo

(Rádio ONU, 01/08/2016) OMS e Unicef afirmaram que é preciso apoiar a criação das condições necessárias para que as mulheres possam amamentar seus bebês a qualquer hora e em qualquer lugar; Semana Mundial da Amamentação vai até 7 de agosto.

A ONU quer que os países criem as condições necessárias para que as mulheres possam amamentar seus bebês a qualquer hora e em qualquer lugar.

Leia mais:

[OMS: “Não há leite melhor do que o humano” \(El País, 02/08/2016\)](#)

[11 lugares onde dei amamentei e não aconteceu \(quase\) nada \(El País, 05/07/2016\)](#)

A declaração foi feita pela Organização Mundial da Saúde, OMS, e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, para marcar a Semana Mundial de Amamentação, que ocorre entre 1 e 7 de agosto.

Amamentação

A campanha global pretende incentivar a amamentação e melhorar a saúde dos bebês em todo o mundo. A OMS recomenda que o aleitamento materno exclusivo ocorra desde o nascimento até os bebês completarem seis meses de idade.

Depois deste período, podem ser adicionados alimentos complementares nutritivos à amamentação até que a criança complete pelo menos dois anos.

As agências da ONU afirmaram que toda a sociedade tem um papel a desempenhar para tornar “as nossas comunidades mais amigas da amamentação”.

Os Estados-membros da OMS se comprometeram a aumentar a taxa de aleitamento materno exclusivo até 50% até 2030, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A agência disse que a taxa de aleitamento materno exclusivo não melhora há duas décadas.

Alimento Ideal

A OMS destaca que o leite materno é o alimento ideal para recém-nascidos. Segundo ela, o alimento é “seguro, limpo e contém anticorpos que ajudam a proteger os bebês contra muitas doenças comuns da infância.”

Os benefícios em crianças inclui o fato de que os menores amamentados têm um melhor desempenho em testes de inteligência, são menos propensos ao excesso de peso ou obesidade e o diabetes mais tarde na vida.

De acordo com a OMS, as mulheres que amamentam apresentam um menor risco de contrair os câncer da mama e do ovário.

Eleutério Guevane; Apresentação: Edgard Júnior

Acesse no site de origem: [ONU quer encorajar amamentação em todo o mundo \(Rádio ONU, 01/08/2016\)](#)

Unicef: metade dos bebês não é amamentada na primeira hora de vida

(Rádio ONU, 29/07/2016) Agência da ONU alerta que atraso no aleitamento materno em 24 horas ou mais aumenta o risco de morte dos recém-nascidos durante o primeiro mês de vida em até 80%; receber nutrientes e anticorpos é essencial.

Um entre dois recém-nascidos não é amamentado na primeira hora de vida, chegando a 77 milhões de bebês por ano nesta situação. A falta de aleitamento os priva do contato com a mãe e de nutrientes essenciais e anticorpos que protegem de doenças e até da morte.

O alerta é do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef. A agência ressalta que a amamentação atrasada aumenta o risco de morte dos recém-nascidos em até 80%.

Vidas Salvas

Segundo a assessora de nutrição do UNICEF, France Bégin, fazer os bebês esperarem muito tempo para ter o primeiro contato com mãe fora do útero, “diminui as chances de sobrevivência do recém-nascido, limita a oferta de leite e reduz a oportunidade de amamentação exclusiva”.

A especialista afirmou que “se todos os bebês fossem alimentados apenas com leite materno a partir do momento do nascimento até os seis meses de idade, mais de 800.000 vidas seriam salvas por ano”.

Riscos

Na África Subsaariana, por exemplo, onde a taxa de mortalidade infantil para menores de 5 anos é a mais elevada do mundo, o índice de aleitamento materno logo após o nascimento aumentou em apenas 10% desde 2000. Na África Ocidental e Central os índices permaneceram inalterados.

No Sul da Ásia, a taxa de amamentação imediatamente após o parto triplicou em 15 anos, de 16% em 2000 para 45% em 2015. No entanto, segundo o Unicef, o aumento está longe de ser o suficiente: 21 milhões de recém-nascidos esperam um tempo prolongado para serem amamentados.

A agência alerta que quanto maior o atraso na amamentação, maior o risco de morte no primeiro mês de vida.

Atrasar o aleitamento materno por duas a 23 horas após o parto aumenta em 40% o risco de morte durante os primeiros 28 dias de vida. O atraso de 24 horas ou mais aumenta este risco

em 80%.

Primeira Vacina

Segundo France Bégin, “o leite materno é a primeira vacina de um bebê, a primeira e melhor proteção que eles têm contra as doenças”.

A especialista destacou que, “com os recém-nascidos representando quase metade de todas as mortes de crianças menores de cinco anos, a amamentação imediata pode fazer a diferença entre a vida e a morte”.

Outros Alimentos

Em muitos países, é habitual alimentar os bebês com fórmula infantil, leite de vaca ou água com açúcar durante os primeiros três dias de vida. Quase metade de todos os recém-nascidos são alimentados com estes líquidos.

A agência alerta que “quando os bebês recebem alimentos alternativos e menos nutritivos em comparação ao leite materno, a amamentação ocorre com menos frequência, tornando difícil que as mães iniciem e continuem a amamentação”.

Em todo o mundo, apenas 43% das crianças menores de seis meses são alimentadas exclusivamente com leite materno. Os bebês que não são amamentados têm probabilidade 14 vezes maior de morrer do que aqueles que são alimentados apenas com leite materno.

Semana Mundial

O Unicef destaca, no entanto, que “quantidade de leite materno reduz o risco de morte da criança”.

Segundo a agência, bebês que jamais foram amamentados têm probabilidade são sete vezes maior de morrerem de infecções do que aqueles que receberam pelo menos algum leite materno durante os primeiros seis meses de vida.

A Semana Mundial do Aleitamento Materno é celebrada todos os anos de 1º a 7 de agosto em mais de 170 países. O objetivo é estimular a amamentação e melhorar a saúde de crianças ao redor do mundo.

Laura Gelbert

Acesse no site de origem: [*Unicef: metade dos bebês não é amamentada na primeira hora de vida \(Radio ONU, 29/07/2016\)*](#)

[Por que a foto de uma deputada](#)

amamentando se espalhou pelo mundo

(HuffPost Brasil, 27/07/2016) Estamos em 2016 e amamentar ainda surpreende.

A foto da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) amamentando a pequena Laura durante uma sessão na Assembleia da Comissão de Direitos Humanos foi compartilhada mundo afora. Ela teve sua imagem replicada em países como Índia, Japão e Nigéria.

Mas, de acordo com Manuela, o registro do momento não foi algo intencional – pelo contrário, amamentar sua filha tem sido um gesto natural há 11 meses, desde que nasceu, e naquela ocasião não foi diferente.

Mas por que a foto da deputada se tornou um símbolo? Em um post no Facebook, Manuela refletiu sobre a situação:

*“Fiquei reflexiva sobre os porquês dessa foto chamar tanta atenção. Laura frequenta meu trabalho quando se faz necessário. Ela foi amamentada exclusivamente até os seis meses e eu tive quatro de licença. Ela segue mamando no peito. [...] A comissão começou a se estender por pautas trazidas por mim. Ela mamou ali. E dormiu. Todas as mulheres que são mães e amamentam ou amamentaram sabem que **esse gesto é natural e espontâneo**.*”

O que chama atenção na foto em minha opinião? Mulheres em espaço de poder, crianças em espaços de poder, vida em espaços de poder. A política é masculina e machista, a política não tem espaço para as mulheres, a política não tem espaço para o que nos diferencia dos homens, a política não tem espaço para a ingenuidade e para a alegria das crianças, não tem espaço para a naturalidade com que conciliamos nosso trabalho e nossas lutas com nossos bebês. **Levar Laura comigo tornou-se, sem que eu percebesse, uma forma de resistir a política que desumaniza.**”

Usuários da rede social aproveitaram a oportunidade para comentar sobre o tema que para alguns ainda permanece um tabu, apesar de ser uma recomendação da Organização Mundial de Saúde que todas as crianças tenham acesso ao aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses de idade.

Ana Beatriz Rosa

Acesse no site de origem: [Por que a foto de uma deputada amamentando se espalhou pelo mundo \(HuffPost Brasil, 27/07/2016\)](#)